

# A (Geo)Política de Defesa Brasileira

*Edu Silvestre de Albuquerque*<sup>20</sup>

## Resumo

O documento Estratégia Nacional de Defesa (2008) destaca a retomada do complexo industrial-militar brasileiro e dá continuidade ao pensamento geopolítico oficial ao sobrevalorizar a importância das fronteiras amazônicas e da linha costeira. Por séculos, as estratégias de contenção brasileiras estão centradas nas fronteiras terrestres, influenciando o próprio curso das políticas de desenvolvimento econômico regional. Assim, a oscilação entre preservação e ruptura diante do *status quo* internacional permeia o novo documento de defesa.

*Palavras-chave: Geopolítica, Defesa Nacional, Segurança, Contenção.*

## Resumen

El documento Estrategia Nacional de Defensa (2008) pone de relieve la reanudación del complejo militar-industrial y ha mantenido la continuidad del pensamiento geopolítico oficial por sobreestimar la importancia de la frontera amazónica y la costa. Durante siglos, las estrategias de contención se centran en las fronteras terrestres de Brasil, que influyen en el curso mismo de las políticas de desarrollo económico regional. Así, la oscilación entre la preservación y romper antes el *status quo* internacional impregna el nuevo documento.

*Palabras clave: Geopolítica, Seguridad, Defensa Nacional, Contención.*

## Introdução

O fim da Guerra Fria parecia trazer o ocaso do realismo político assentado no caráter interestatal das relações internacionais. Assim, a ideologia neoliberal difunde-se aceleradamente no país a partir do Governo Collor de Melo (1990-2002), marcado por uma abertura comercial e financeira sem precedentes e por um profundo programa de reestruturação administrativa assentada no paradigma do Estado Mínimo.

Os efeitos sobre a política de defesa brasileira foram imediatos. A partir da década de 1990, os gastos em defesa foram severamente contingenciados pelo governo brasileiro, provocando violento retrocesso do complexo industrial-militar desenvolvido ao longo de três décadas anteriores:

(...) o Brasil apresentou ao longo do tempo uma indiscutível diminuição de seu poder militar. Desde a renúncia ao desenvolvimento da tecnologia nuclear até a redução de gastos com o aparelho militar, que gerando a vexatória situação de se verem reduzidos o contingente e o tempo do serviço militar obrigatório, o país tem

<sup>20</sup> Doutor em Geografia pela UFSC, Professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão do Território da UEPG. silvestre@uepg.br

observado uma perceptível perda da capacidade de, se necessário, se defender e defender seus interesses na esfera internacional. (RACY; SIBERFELD, 2003, p. 66).

É apenas ao final da atual década que ressurge no governo brasileiro a consciência da necessidade da retomada de uma política de defesa baseada numa visão ampliada de segurança, incorporando o desenvolvimento econômico, em geral, e a reconstituição do complexo industrial-militar, em particular.

O documento 'Estratégia Nacional de Defesa' (END), elaborado no âmbito do Ministério da Defesa, e aprovado pelo Decreto n. 6.703, de 18 de dezembro de 2008, sintetiza este novo momento histórico. Ao formular as diretrizes que deverão nortear a política de defesa brasileira nas próximas décadas, o referido documento versa sobre a reorganização das forças singulares, os condicionantes geopolíticos da defesa brasileira e a projeção de poder nacional no sistema internacional<sup>21</sup>.

Evidente que, pelo rol de temas e diversidade de interesses envolvidos, a END começa a despertar debates no meio acadêmico e na imprensa especializada, aliás, algo salutar a medida que a conscientização da sociedade civil para assuntos de defesa é uma das vulnerabilidades nacionais apontadas pelos próprios formuladores do documento. Assim, Piermatei Filho aponta que a transferência de tecnologias militares de ponta não deveria ser considerada seriamente nas políticas de defesa de países periféricos, em razão do cenário de competição entre empresas e Estados<sup>22</sup>. Ainda focando o desenvolvimento da indústria bélica nacional, Racy e Siberfeld destacam o caráter globalizado da produção civil e militar, sobretudo quando o foco estiver na competição por mercados internacionais:

Todavia este processo de modernização de produção, incorporando com maior agilidade recursos tecnológicos para benefício dos consumidores, pode vir a ser um estorvo a qualquer esforço local de mobilização industrial nos moldes tradicionais, por falta de um adequado conjunto de medidas relativas à falta de estoques de contingência de insumos necessários a indústrias selecionadas, como, também, ao aspecto primordial da divulgação de informações junto ao empresariado que, efetivamente, deve ser o parceiro deste esforço. (RACY; SIBERFELD, 2003, p. 68-69).

Para Paulo Roberto de Almeida (2009) a inadequação das estratégias aos propósitos prioritários contidos na END representa uma realidade anti-econômica e que não condiz com a tradição institucional e de escassez orçamentária do Estado brasileiro. Argumenta ainda, que ao

21 Positivamente, a nova política de defesa também visa romper com a concorrência maléfica entre as forças singulares e adotar estratégias de articulação entre estas, também abandona a visão esguiana de “controle policialesco” da ordem interna típica do regime militar no contexto da bipolaridade.

22 Disponível em <<http://www.ufjt.ed.br/defesa>>. Acessado em 13 de novembro de 2009.

falhar na identificação das ameaças (centradas nas Amazônia verde e azul), o documento acaba por não projetar uma ação dissuasória mundial compatível com a maior inserção brasileira no sistema internacional. É justamente este aspecto que o presente ensaio visa explorar mais detidamente, lançando algumas considerações acerca das visões geopolíticas contidas na estratégia de defesa brasileira. A primeira premissa é de que, se por um lado, o documento norteador da defesa brasileira valida o processo já em curso de desmilitarização das fronteiras do Centro-Sul, por outro, permanece refém do pensamento geopolítico de projeção regional de poder ao enfatizar a proteção das fronteiras amazônicas e do Atlântico Sul. A segunda premissa é de que ao manter uma visão estratégica pulverizada nas três forças singulares e nas fronteiras terrestres, a END acaba inibindo uma maior projeção do poder naval brasileiro, justamente a força primaz para cenários de defesa globais.

### **As Concepções Geopolíticas da Estratégia Nacional de Defesa**

A Estratégia Nacional de Defesa, indiscutivelmente, resgata a questão do desenvolvimento espacial, cibernético e nuclear para a organização da defesa, bem como dos obstáculos existentes para a transferência destas tecnologias pelos países que as detêm<sup>23</sup>. Para tanto, prega a necessidade de novas parcerias estratégicas, especialmente para a modernização das forças armadas, e a reformatação dos organismos de poder político e econômico mundiais. Coloca como metas a integração da indústria de defesa dos países sul-americanos e uma participação brasileira mais ativa nas forças de paz da ONU (implicitamente reafirma a retomada da ambição brasileira de um assento permanente no Conselho de Segurança da organização).

Por outro lado, o documento de defesa considera prioritariamente a Hipótese de Emprego das forças no Atlântico Sul e nas fronteiras terrestres amazônicas: “As preocupações mais agudas de defesa estão, porém, no Norte, no Oeste e no Atlântico Sul” (BRASIL, 2008, p. 13). Assim, a Marinha deverá se fazer presente na negação do uso do mar territorial ao inimigo, na faixa de adensamento industrial de Santos a Vitória, e na foz do Amazonas e nas grandes bacias fluviais do Amazonas e do Paraguai-Paraná (p. 13). Na priorização da defesa da vastidão territorial amazônica, deverão também organizar-se as estratégias do Exército e da Força Aérea, agora em torno do imperativo da mobilidade estratégica, mas sem se desfazer da vantagem da presença (p. 11 e 14). O

---

23 O desenvolvimento de veículos e vetores militares (torpedos, mísseis mar-ar e minas inteligentes anti-navios) de última geração, previstos na END, não atentam contra o Tratado de Tlateloco nem contra a Declaração de Mendoza. Mas o desenvolvimento de mísseis de médio-longo alcance a partir do Veículo Lançador de Satélites nacional continuará seriamente obstaculizado pelos países desenvolvidos detentores das tecnologias, que temem a transferência de tecnologias sensíveis para uso militar e também sua posterior comercialização para terceiros; além disto, o País é signatário do MTCR (*Missile Technology Control Regime*).

Projeto Calha Norte é recordado como paradigma de organização militar na região (p. 45), e se desenha cenário de guerra assimétrica contra país ou coligação de países que venham a contestar a soberania brasileira sobre a Amazônia.

### **A Geopolítica Oficial Brasileira**

Entendemos por geopolítica oficial aquela produzida por um seletivo grupo intelectual ligado às elites econômicas e políticas, geralmente articulado ao setor militar ou diretamente dele proveniente. Nesse sentido, a questão da integração nacional emerge no pensamento geopolítico brasileiro desde a independência até a consolidação da República, desdobrando-se em temas de integração inter-regional e fortalecimento de fronteiras. Esquemáticamente, podemos definir três grupos temáticos que historicamente dominam o pensamento geopolítico brasileiro:

- a) a questão da unidade/integração nacional;*
- b) a defesa das fronteiras contra eventuais ameaças de agressão dos países vizinhos;*
- c) a importância econômica e das comunicações do Atlântico Sul.*

No período imperial a política externa brasileira apresentava uma face nitidamente agressiva visando a defesa dos interesses econômicos e políticos nacionais nas disputas de fronteiras e mesmo em questões internas daqueles países (caso dos fazendeiros rio-grandenses com terras no Uruguai e da imposição da livre-navegação da Baía do Prata para garantir a comunicação com o Mato Grosso)<sup>24</sup>. O expansionismo territorial brasileiro somente se completaria já na República, com a amputação territorial de parte da Amazônia à Bolívia (estado do Acre, 1903).

Com a consolidação dos limites fronteiriços sul-americanos e a universalização da republicanização no subcontinente, essa política externa agressiva abre espaço para a cooperação econômica entre os países da região. Então, o expansionismo territorial e a interferência direta na política doméstica dos países vizinhos deixam de dar a tônica das projeções de poder do Brasil.

Contudo, em nenhum momento a dimensão político-militar das fronteiras terrestres brasileiras seria deixada de lado, como demonstra a constância do planejamento de estratégias de contenção baseadas no enfrentamento de forças convencionais de países vizinhos (Ver Mapa 01 - Geopolítica de Contenção de Fronteiras).

---

24 Para Manuel Correia de Andrade (2001) essa política externa do Império brasileiro também remete à rivalidade entre as metrópoles de Portugal e Espanha pelo controle das terras coloniais, e que depois se transfere para os jovens Estados sul-americanos.

Mapa 1 - Geopolítica de Contenção de Fronteiras.



Para os geopolíticos brasileiros da República, o fortalecimento das linhas/regiões fronteiriças e a projeção de poder no subcontinente eram ações indissociáveis. A obra síntese desta visão é *Projeção Continental do Brasil*, onde Mário Travassos (1938) defende políticas de desenvolvimento do centro-oeste e noroeste com o objetivo de estender as vias de transporte das regiões industriais brasileiras até o *heartland* continental (Bolívia e Paraguai) e, assim, garantir ao país a exploração dos recursos minerais e energéticos do “coração sul-americano”. Com efeito, as políticas de desenvolvimento regional implementadas pelo Estado brasileiro continuam até hoje privilegiando o Centro-oeste, Norte e Nordeste, sendo as duas primeiras regiões as de maior crescimento econômico nas últimas décadas.

O período entre 1930 e 1960 foi de grande efervescência para a geopolítica brasileira, com diversas publicações como do professor Everardo Backheuser e dos militares Mário Travassos e Golbery do Couto e Silva. Mas a questão da projeção de poder mundial não era seriamente aventada nas concepções geopolíticas oficiais, talvez em função do processo de industrialização tardia e parcial implementado no país, talvez também pelo temor de perder a duramente conquistada posição de aliado preferencial dos Estados Unidos na região, situação da qual se havia beneficiado a Argentina até antes da Segunda Guerra Mundial. É preciso lembrar que neste período estávamos em plena Guerra Fria, com a geopolítica oficial brasileira traduzida no pensamento do general Golbery do Couto e Silva (1967), quem defendia os valores da “civilização ocidental-cristã” contra o avanço do comunismo soviético.

Claro que as sementes do desenvolvimentismo nacional também produziram seus frutos, principalmente na forma de políticas comerciais mais agressivas (a chamada “diplomacia comercial”) centradas numa pauta exportadora de produtos industrializados (SILVA, 2004). Nesse espírito, o general Carlos de Meira Mattos (1977) afirmaria que o objetivo maior da “Revolução de 64” - o de um “Brasil Potência” -, seria alcançado por volta do ano 2000. Naquele momento, não apenas a economia brasileira estava dentre as maiores do mundo, como a população crescera em cerca de 76 milhões de habitantes no intervalo de apenas três décadas (1970 a 2000), inclusive fortalecendo demograficamente tradicionais anecúmenos fronteiriços<sup>25</sup>.

Desta forma, a própria ênfase na integração nacional pode ser deixada de lado no pensamento geopolítico brasileiro, afinal o temor da desintegração territorial já se havia arrefecido:

A ampliação da base infra-estrutural possibilitou a integração nacional, incorporando os espaços da Amazônia e do Centro-Oeste através da densificação da malha rodoviária, da difusão das redes de telecomunicações, da ampliação da matriz energética e sua extensão para regiões até então marginalizadas na distribuição de energia elétrica (CASTRO, 2005, p. 121).

E entre meados da década de 1980 e a atual, a efetivação do Projeto Calha Norte e do Projeto SIVAM ampliaram ainda mais, respectivamente, a presença de destacamentos militares ao longo da fronteira amazônica, e a proteção/vigilância do espaço amazônico.

Infelizmente, o pensamento geopolítico brasileiro continuaria refém da idéia de fortificação das fronteiras terrestres, logrando no período, no máximo, transmigrar o conceito de “fronteiras-vivas” do Prata à região Amazônica. Assim, na época de Golbery do Couto e Silva a vulnerabilidade da defesa brasileira estava nas fronteiras sulistas, com o temor de eventuais invasões argentinas.

<sup>25</sup> A participação das Regiões Norte e Centro-Oeste no total da população brasileira passou de 7,7% em 1962 para 11,3% em 1983 (IBGE). Em 2004, estas duas regiões já reuniam 14,9% da população brasileira.

Hoje, a vulnerabilidade cabe às fronteiras amazônicas, inclusive com o deslocamento de unidades militares do Centro-Sul para a Amazônia, aliás, visão compartilhada pela END.

Nesse sentido, as linhas de defesa do Atlântico Sul ainda são vistas na END prioritariamente sob o prisma da defesa das áreas industriais e do acesso às principais bacias hidrográficas brasileiras, contra agressões de além-mar ao território brasileiro. Quando o documento considera prioridade alta ao desenvolvimento de capacidade produtiva nacional para submarinos e baixa para navios-aeródromos<sup>26</sup>, seria de questionarmos essa projeção de defesa (poder naval) nos cenários de confirmação da ampliação da frota mercante nacional e de deterioração da situação político-institucional de países estratégicos nas rotas marítimas.

A militarização das fronteiras não mais significa maior segurança nem soberania nacional. Se alguma potência extra-continental decidir atacar o território brasileiro, poderá fazê-lo de bases instaladas em países fronteiriços ou diretamente da vasta faixa atlântica, o que significa que a contenção de um poder militar superior não passa pela fronteira amazônica, mas por uma estratégia de defesa global.

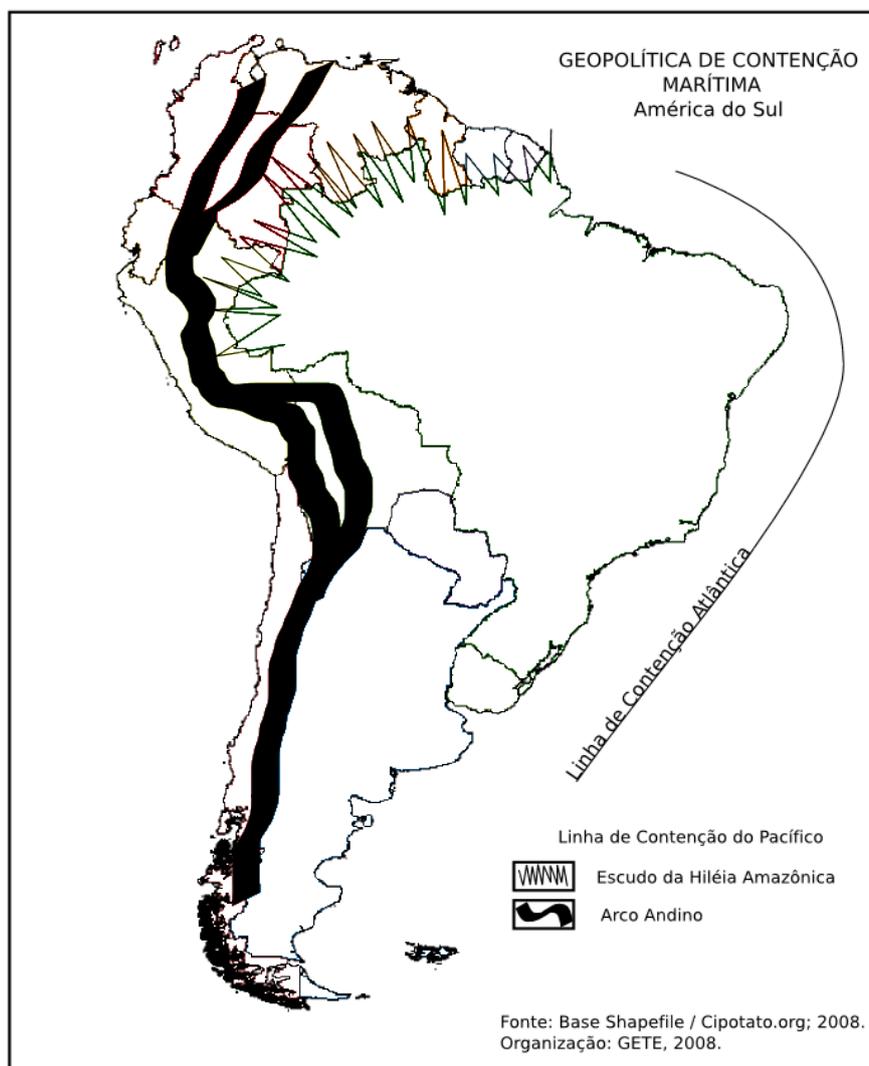
Por outro lado, nossa vasta retaguarda continental já encontra proteção natural nos obstáculos geográficos da distância da hinterlândia e do relevo andino e amazônico. Geograficamente, o Pacífico estaria vedado à forças hostis extra-continentais diante deste caráter impenetrável da Hiléia Amazônica<sup>27</sup> e da inacessibilidade do Altiplano boliviano-peruano, assim como dos Andes chileno-argentinos (Ver Mapa 02 - Geopolítica de Contenção Marítima).

---

26 A construção de aviões, helicópteros, submarinos e navios de guerra de última geração exige o desenvolvimento da tecnologia *stealth* (não-deteção por radares), que embora não mencionada explicitamente na nova estratégia de defesa, acredita-se que venha a ser um dos pilares do desenvolvimento tecnocientífico para o setor de defesa, afinal lá consta o desenvolvimento de aviões não-tripulados para uso militar.

27 Golbery do Couto e Silva (1981, p. 108) demonstra consciência da dificuldade representada pelo domínio da floresta equatorial: “Na verdade, o Brasil é bem um Império, vasto império compacto, de ampla frente marítima e dilatada fronteira continental equidistantes quase em torno do eixo de simetria Norte-Sul, que vai do Cabo Orange à Barra do Chuy... Estende-se aquela fronteira terrestre, em grande parte, através do deserto que a Hiléia domina como vasto cinturão protetor. Essas condições favoráveis de início é que asseguram o indispensável grau de imunidade a ações de conquista, mantidas em potência ou duração, provindas do exterior. É, de fato, a própria insularidade em proporções continentais.”

Mapa 2 - Geopolítica de Contenção Marítima.



Trata-se, isto sim, de desenvolver uma superioridade militar tamanha, especialmente naval, que faça com que os países vizinhos que decidam cruzar as fronteiras brasileiras, ainda que talvez experimentem uma facilidade inicial para as primeiras incursões, percebam o custo seguido a ser pago como absurdamente alto.

O desenvolvimento industrial e o orçamento brasileiro são imensamente superiores ao dos países vizinhos, e alcançar tal superioridade não seria algo difícil. Atualmente, as forças militares dos países vizinhos não parecem ser capazes de vencerem uma guerra contra o Brasil, e ainda menos de ocuparem o território brasileiro. Como destaca Samuel P. Guimarães (2005), os países amazônicos vêm de longo período de estagnação econômica e de aplicação de políticas neoliberais

de desmonte do Estado, numa situação semelhante ou até pior que a brasileira.

Assim, a conjugação de elementos do *Soft Power* com o *Hard Power* seria mais eficiente para garantir a inviolabilidade das fronteiras brasileiras que sua fortificação extrema. Com efeito, os processos de integração econômica e de infra-estrutura regional, ao lado da cooperação político-estratégico-militar com os países da região no âmbito do Conselho de Defesa Sul-Americano<sup>28</sup> e da UNASUL (União de Nações Sul-Americanas), são objetivos permanentes nacionais para além da política de defesa, englobando nossa política externa.

A conjuntura política atual é extremamente favorável ao casamento dos interesses brasileiro e sul-americanos, como denotam os casos de Equador (que não renovou o contrato de permanência dos estadunidenses na Base de Manta), Venezuela e Bolívia (países que também desafiam abertamente ingerências externas) (FIORI, 2007). E se verdadeiro que ninguém pode garantir a continuidade deste clima político na instável América do Sul para as próximas décadas, também é verdade que a época do desenvolvimento sul-americano "de costas uns para os outros" já vai longe.

### **As (Des)Vantagens da 'Fronteira Viva' Amazônica**

Outra crítica é que a militarização da região amazônica apresenta enorme custo logístico, cujo orçamento poderia ser direcionado para outros objetivos de defesa. Além disto, a inviolabilidade das fronteiras trata-se de objetivo simplesmente inexecutável, pois a inevitável dispersão e o isolamento dos destacamentos militares de fronteira impedem a vigilância das linhas de fronteira contra "pequenas incursões" seja de grupos guerrilheiros em busca de suprimentos ou proteção no lado brasileiro, seja do crime organizado transfronteiriço. Vale lembrar que nem mesmo os Estados Unidos conseguem controlar suas fronteiras com o México contra a imigração ilegal e o comércio de drogas.

A estratégia de militarização do espaço amazônico mistura cenários de guerra e soberania nacional com atividades de biopirataria e de uso logístico do território amazônico por organizações terroristas. Estas últimas não devem ser combatidas pelas forças armadas, mas por uma polícia federal devidamente treinada e equipada<sup>29</sup>.

Além do mais, as ameaças reais à soberania nacional sobre a região não vêm da fronteira,

---

28 O Conselho Sul-Americano de Defesa foi criado alguns meses antes da oficialização da **Estratégia Nacional de Defesa**, durante reunião de cúpula da UNASUL, na Costa do Sauípe (BA); justamente para que o subcontinente possa começar a pensar na defesa da região sem interferências externas.

29 Por ocasião das discussões em torno do Projeto SIVAM, o general Thaumaturgo Sotero Vaz, ex-chefe do Comando Militar da Amazônia, declarava que existiam outras prioridades para a defesa da região que não passavam por essas "fantasias de filme de Schwarzenegger"; entre estas alternativas estaria dotar a Polícia Federal de estrutura para o combate ao narcotráfico (BRIGAGÃO, 1996).

mas dos salões da alta diplomacia mundial, onde o internacionalismo ambiental é apropriado a partir de países desenvolvidos para desviar o foco da mídia internacional e das organizações não-governamentais dos efeitos altamente poluidores dos parques industriais ancorados na queima de carvão mineral e petróleo. Assim, declarações de altas autoridades políticas e a postura de países desenvolvidos nas conferências internacionais buscam orientar as agendas domésticas dos países da região:

O presidente Mitterrand chegou a declarar, em 1989, que o Brasil teria de aceitar uma *soberania limitada* sobre a Amazônia, dada sua importância para a humanidade. O ex-Comissário da União Européia, Pascal Lamy, já em 2005 advogou a gestão internacional de bens públicos comuns, entre eles as florestas tropicais, opinião que parece ser compartilhada por Peter Mandelson, Comissário europeu para o comércio (GUIMARÃES, 2005, p. 197).

Em suma, a simples militarização do espaço amazônico não ampliará a soberania nacional sobre a região, pois como afirma o diplomata Samuel Pinheiro Guimarães (2005, p. 23-24), a histórica vulnerabilidade externa brasileira é determinada pela dependência estrutural das políticas econômicas promovidas pelas principais potências internacionais, e apresenta uma face tanto comercial e financeira, quanto política e militar:

A vulnerabilidade política e militar decorre da inexistência ou da insuficiência de produção doméstica de material bélico e de pesquisa tecnológica na área de armamentos; da convicção ideológica por parte de certas elites da escassez de poder do Brasil e da conseqüente – ainda que inconfessada – necessidade de alinhamento político; e, finalmente, do complexo de inferioridade político-militar, de natureza e origem colonial, que inclui o medo do pecado mortal, que é, para uma colônia, ter armas. Na colônia moderna, a racionalização do complexo se faz a partir da idéia de que a defesa é inútil e impossível diante da megametrópole, ou um desperdício, diante dos problemas sociais domésticos. (GUIMARÃES, 2005, p. 23-24).

### **A Projeção do Poder Naval Brasileiro**

O auge da Marinha brasileira ocorreu no século XIX, quando se fez necessário sua expansão e equipamento diante da ameaça externa representada pela Marinha britânica, que inclusive aprisionara navios brasileiros em represália ao tráfico de escravos. Depois de longo período de ostracismo, a geopolítica oficial tenta resgatar a importância da Marinha, especialmente quando discute, a partir da década de 1970, uma inserção brasileira mais ativa no Atlântico Sul, envolvendo a segurança das rotas comerciais sul-atlânticas contra agressões soviéticas (a preocupação era o petróleo proveniente do Oriente Médio).

Assim, no auge da Guerra Fria, o general Golbery da Costa e Silva (1967) pleiteava uma maior participação brasileira na defesa do Atlântico Sul, julgando que os Estados Unidos estariam por demasiado ocupados na defesa das áreas estratégicas da Eurásia. Também o general Meira Mattos (1977, p. 142), na sua estratégia de projeção mundial do Brasil, fazia prioritária a defesa do Atlântico Sul: “Devemos chegar ao fim do século XX com um dispositivo militar de segurança, garantindo nossa utilização das rotas marítimas e áreas do Atlântico Sul e aí criando uma dissuasória força estratégica de alta mobilidade”. Para Mattos, a construção de um poder naval seria fundamental para assegurar a expansão do mar territorial para 200 milhas, assim como proporcionar a segurança das rotas sul-africana, caribenha (Canal do Panamá) e do estreito de Magalhães-Terra do Fogo.

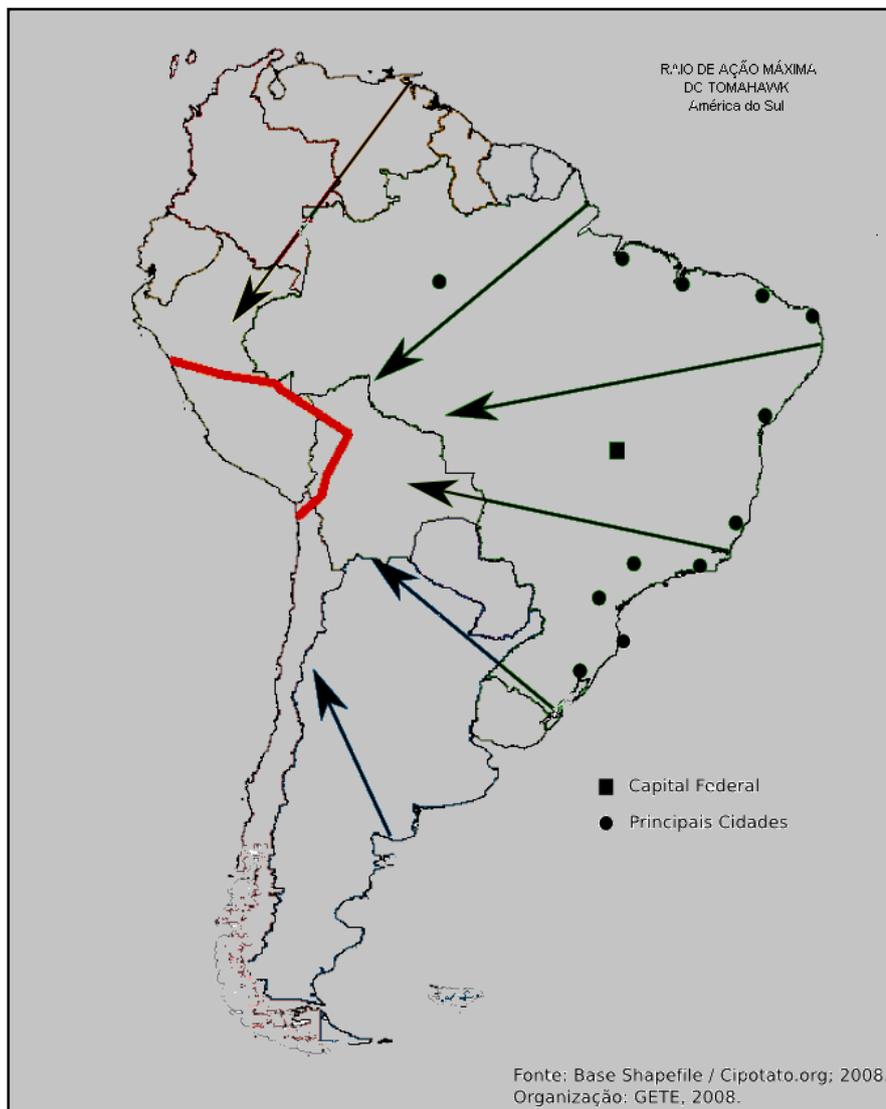
Nas condições da bipolaridade, o pensamento (geopolítico) de defesa para o poder naval brasileiro não alcançou avançar para além de cenários regionais, e em termos de capacidade operativa de defesa esta foi ainda mais insignificante. Entretanto, o poder marítimo enquanto vetor estruturante de estratégias geopolíticas representa a base real de projeção de poder em escala global na atualidade (a *US Navy* conta com 12 navios-aeródromos e outros 2 em construção).

No exercício abaixo (Vide Mapa 03 - Raio de Ação Máxima do *Tomahawk*) propomos o teste do sistema de defesa brasileiro organizado em uma única linha de contenção, situada próxima da costa do Atlântico Sul, e que demonstra-se virtualmente incapaz de proteger qualquer alvo militar ou civil do amplo raio do míssil de cruzeiro tomahawk, a mais poderosa arma de destruição empregada pelos EUA na Guerra do Golfo<sup>30</sup>. Evidente que não se vislumbra um confronto militar Brasil *versus* Estados Unidos, mas é preciso ter em mente que outros países neste exato momento desenvolvem novas tecnologias militares de ponta, e o parâmetro é os Estados Unidos, assim como também não se pode garantir que os EUA venham a abastecer outros países com estas tecnologias.

---

30 O *Tomahawk* voa a baixas altitudes e emite baixo calor, ideal para atingir alvos terrestres sem ser detectado pelos radares inimigos; é orientado por satélite (Sistema de Posicionamento Global) e pode ser disparado por submarinos ou navios de guerra, com raio de alcance de até 2.500 km. Na Guerra do Golfo I (1990-91) foram disparados 290 mísseis com 242 acertos. A nova versão do *Tomahawk* ou AGM-129 ACM (Advance Cruise Missile) apresenta um alcance de 3.000 km e características *stealth*.

Mapa 3 - Raio de Ação Máxima do Tomahawk.



### Considerações Finais

É evidente que não se pode negar as virtudes do novo documento de defesa a partir da ênfase para a retomada da indústria de defesa brasileira. A *Estratégia Nacional de Defesa* sinaliza a vontade do governo federal de abandono da ideologia neoliberal na área de defesa, que assim seria gradativamente assumida pelos próprios países sul-americanos.

Os desafios começam quando se pensa os limites contidos nas estratégias de modernização militar fundadas na transferência de tecnologias militares, e também a influência do pensamento geopolítico oficial, que evidencia-se nas diversas referências que o documento traz à defesa da

Amazônia, vista ainda como "fronteira-viva" ou linha de contenção. Esta militarização das fronteiras pode não ser nada benéfica aos objetivos nacionais permanentes brasileiros no que se refere a integração regional.

Analogamente, a estratégia das forças navais também mantém sua dimensão estritamente regional. As forças navais devem estar em permanente movimento e dispor de bases permanentes espalhadas pelo mundo; logística que exige parcerias estratégicas onde as velhas táticas de invasões/aquisições de posições insulares valem menos que a cooperação econômico-militar. Embora o documento de defesa aponte a cooperação com os países lusófonos africanos, não explicita se esta deverá cobrir a instalação de bases navais conjuntas de ambos os lados do Atlântico.

### Referências

ALMEIDA, P. R. de. Estratégia Nacional de Defesa: comentários dissidentes. In: **Meridiona 47 - Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais**, n. 104, mar./2009.

ALEXANDER, B. **A guerra do futuro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército; Península Editora, 1999.

ANDRADE, M. C. de. **Geopolítica do Brasil**. São Paulo: Papirus, 2001.

BACKHAUSER, E.. **Geopolítica Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1952.

BRASIL, República Federativa do. Estratégia Nacional de Defesa. **Ministério da Defesa**, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br>>. Acesso em: 03 jan. 2009.

BRIGAGÃO, C.. **Inteligência e marketing: o caso SIVAM**. Rio de Janeiro: Record, 1996.

CASTRO, I. E. de. **Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CASTRO, T. de. **África: geohistória, geopolítica e tratados internacionais**. Rio de Janeiro: Editora Colégio Pedro II, 1990.

\_\_\_\_\_. **Rumo à Antártida**. Rio de Janeiro: Editora Colégio Pedro II, 1990.

CAVAGNARI, G. L. Garantir a soberania e os recursos naturais. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. Agosto de 2009, Ano 3, n. 25, pp. 4-5.

COSTA, W. M. da. **Geografia Política e Geopolítica: discursos sobre o território e o poder**. São Paulo: EDUSP, 2008. 2a ed.

FIORI, J. L. A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul. In: **Oikos - Revista de Economia Ortodoxa**, n. 8, ano VI, 2007, p.77-106.

- GUIMARÃES, S. P. **Desafios brasileiros na era dos gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- IBGE. **Censo Demográfico do IBGE de 1991**. Rio de Janeiro: FIBGE, 1991.
- MAMIGONIAN, B. G. O litoral de Santa Catarina na rota do abolicionismo britânico, décadas de 1840 e 1850. In: **II Encontro “Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional”**, Porto Alegre, 2005.
- MARTIN, A. R. **Fronteiras e Nações**. São Paulo: Contexto, 1998. 4a. ed.
- MEIRA MATTOS, C. de. **Geopolítica e modernidade: a geopolítica brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Uma política pan-amazônica**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.
- \_\_\_\_\_. **Brasil, geopolítica e destino**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1975.
- \_\_\_\_\_. **A geopolítica e as projeções do poder**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.
- RACY, J. C.; SIBERFELD, J. C. E. Defesa nacional, complexo industrial-militar e mobilização. In: **Revista de Economia Mackenzie**, Ano 3, n. 3, 2003, p. 53-71.
- Revista Marítima Brasileira (RMB)**. Nº 1/3, v.117, jan./mar. 1997.
- SILVA, G. do C. e. **Conjuntura política nacional. O poder executivo e Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1981. 3a ed.
- \_\_\_\_\_. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1967.
- SILVA, H. Conceição Machado da. **Da substituição de importações à substituição de exportações**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- TRAVASSOS, M. **Projeção continental do Brasil**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1938, 3a ed.

*Recebido em 29 de janeiro de 2010.*

*Aceito em 10 de março de 2010.*